



Escravos e cidadãos na Ilha Grande: a alvorada republicana demorou a chegar

Slaves and citizens on Ilha Grande: the dawning of the Republic came slowly

Eduardo Cavalcanti Schnoor

Historiador
Rua Pacheco Leão, 704, casa 27
22460-030 Rio de Janeiro – RJ – Brasil
eduardo.schnoor@gmail.com

Recebido para publicação em outubro de 2011.
Aprovado para publicação em novembro de 2012.

SCHNOOR, Eduardo Cavalcanti. Escravos e cidadãos na Ilha Grande: a alvorada republicana demorou a chegar. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.233-258.

Resumo

Apresenta a Ilha Grande, distrito de Angra dos Reis, sua inserção na economia mercantil de subsistência e a memória da escravidão que se encontra no Registro Civil de Angra dos Reis. O *Almanaque Laemmert* informa que esse distrito possuiu o maior número de escravos do município, a partir da década de 1870. Seus proprietários, em sua maioria, eram senhores de poucos escravos, e as propriedades majoritariamente pequenas. O Registro Civil de Angra dos Reis não se esqueceu da escravidão depois de maio de 1888. Várias comunicações de nascimento e falecimento qualificaram as pessoas, informando sua condição anterior de escravo. Mesmo no século XX, os escritvães não deixaram de qualificar vários cidadãos republicanos como ex-escravos.

Palavras-chave: escravidão; ex-escravos; Ilha Grande; República; doenças.

Abstract

The article introduces Ilha Grande, a district in the municipality of Angra dos Reis, and describes its role within the subsistence market economy and the memory of slavery as found in the Angra dos Reis Civil Records. According to the Almanaque Laemmert, this district had the largest number of slaves in the municipality as of the 1870s. Most owners had few slaves, and the majority of landholdings were small. The Angra dos Reis Civil Records did not forget slavery after May 1888. A number of birth and death notifications describe the persons in question as former slaves. Even in the twentieth century, clerks continued to describe various republican citizens as ex-slaves.

Keywords: slavery; ex-slaves; Ilha Grande; Republic; diseases.

A ocupação do território em torno da baía da Ilha Grande esteve entre as primeiras ações colonizadoras da Coroa portuguesa, por ser um dos principais trajetos que ligavam as capitanias do sul e do centro-oeste com o Rio de Janeiro. Angra dos Reis e Parati se destacaram como os principais núcleos populacionais daquela região desde o século XVI: Parati pelo seu porto e Angra – juntamente com o seu distrito da Ilha Grande de Fora – pela cultura da cana-de-açúcar e plantações de gêneros alimentícios. A presença em Angra dos Reis das ordens franciscana (instalada na vila a partir de 1650) e carmelita (estabelecida desde o final do século XVI) foi um importante fator de seu crescimento, devido ao forte investimento que ambas as instituições religiosas fizeram em fazendas e em engenhos nessa área.

O primeiro convento carmelita no Brasil foi fundado em Pernambuco, em 1583. Em 1587, a Ordem Carmelita se estabelece na Bahia, em Santos – no ano de 1580 – e em 1589 chega a Angra dos Reis. Inicialmente, os frades do Carmelo estabeleceriam uma casa missionária que, a seguir, seria transformada em um hospício ou residência que, tempos depois, em 1617, seria elevado à categoria de convento. Por essa mesma época aconteceu a mudança do sítio da vila por um motivo trágico: o assassinato do pároco. Alípio Mendes (1980, p.3) esclarece que:

Vieram os habitantes da Vila Velha, para as proximidades do recém-inaugurado Convento, a fim de obterem assistência religiosa. Mesmo com a indicação de um novo pároco em 1624, a população e as autoridades já se tinham fixado definitivamente nos arredores do mosteiro carmelita, originando a localização atual da cidade.

Os frades carmelitas, além de dar conforto espiritual ao seu rebanho, receberam extensas glebas em troca de missas *post mortem* e indulgências. A primeira grande cessão de terras para a Ordem do Carmo foi feita pelo morador do Rio de Janeiro Miguel Aires Maldonado, que era senhor de uma extensa sesmária na região que engloba Angra dos Reis e Parati.

No decorrer do século XVII, segundo o historiador angrense Alípio Mendes (1980), foram lançadas no livro de tomo pertencente aos carmelitas extensas áreas de terras situadas no Camorim, Serra da Água, Capotera, ilha da Gipoia e na Ilha Grande de Fora.

Segundo um levantamento realizado no Fundo Sesmarias da capitania do Rio de Janeiro, pertencente ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e discriminado no quadro a seguir, a Coroa portuguesa concedeu em Angra dos Reis, no correr do século XVII, as seguintes sesmarias:

Quadro 1: Sesmarias concedidas na baía da Ilha Grande no século XVII

Ano	Nome	Descrição
1611	Manoel Antunes	Pede a transcrição de terras junto à Ilha Grande que foram dadas por Jorge Moreira, em 1595
1612	Antônio Ferreira	Antônio Ferreira, do Rio de Janeiro, casado com a filha de Manoel Antunes, queria três léguas na Ilha Grande partindo com Bartolomeu Antunes
s.d.	Manoel de Carvalho	Pede terras na povoação nova de Ilha Grande, que lhe foram dadas por Baltazar de Seixas Rabello, capitão-mor de São Vicente

Fonte: Elaborado pelo autor com base em documentação do Arquivo Nacional (Fundo..., s.d.)

Essas sesmarias logo caíram em comisso, isto é, não foram aproveitadas e retornaram ao patrimônio do reino português.

O mesmo crescimento registrado em Angra dos Reis aconteceu também em vilas e regiões situadas no recôncavo da baía de Guanabara. Várias sesmarias foram concedidas a partir de 1570 nos vales dos rios Guaxindiba e Macacu e três novas freguesias foram criadas por essa época: Trairaponga, Guaxindiba (localizadas no recôncavo da baía carioca) e Irajá (que pertencia à zona rural da cidade do Rio de Janeiro).

Até 1726, Parati e Angra dos Reis pertenciam ao termo paulista de Itanhaém e, após esse ano, foram transferidas para a capitania do Rio de Janeiro por decisão expressa do governador-geral Luís Vahia Monteiro, alcunhado de O Onça.

Com a descoberta do ouro em fins do século XVII, a baía da Ilha Grande teve aumentada a sua importância na ligação que se estabeleceu entre o sul e o centro-oeste da América portuguesa com a cidade do Rio de Janeiro. Mesmo com a construção do caminho de Garcia Paes, em 1700, e o do Proença, em 1723, a referida baía manteve a sua relevância como estuário das rotas que tinham como destino o porto do Rio de Janeiro. Ela era também muito utilizada por todas as pessoas que vinham da comarca do Rio das Mortes – a mais rica de todas as comarcas mineiras no decorrer do século XVIII. Os quintos reais das minas de Cuiabá eram transportados por terra até Parati. Daí prosseguiram em naus para chegar ao Armazém Del Rei, situado no Rio de Janeiro.

Em 1751, dom Antônio Rolim de Moura Tavares, em viagem para assumir o governo da Capitania de Mato Grosso, encontrou-se com Gomes Freire em Parati, e, ao relatar sua ida a essa vila, disse sobre o movimento da estrada:

A vila de Guaratinguetá, em que fiquei naquele dia, por ser necessário adiante mandar avisar os sítios por onde havia passar, é já mais rica do que as outras, por ser passagem para as Minas daqueles que vêm buscar a estrada de Parati, pela qual me seguraram andavam 1.300 cavaleiros conduzindo cargas (Mendonça, 1985, p.469).

Em uma correspondência datada de 20 de novembro de 1793 (Correspondência..., 1791-1803) e assinada pelo sargento-mor Francisco José Vieira – comandante da vila da Ilha Grande – há uma lista dos moradores que poderiam ceder três cativos para as obras de construção de uma fortificação na vila. Os moradores arrolados declararam serem senhores de 1.039 escravos e, dentre eles, destacam-se os dois engenhos de dona Antônia Viana que contavam com uma escravaria de 88 cativos. Os senhores que possuíam cinco ou mais escravos eram 19% do total de declarantes e seus cativos listados representavam 80,36% dos que foram relacionados.

Tal correspondência mostra que Parati e Ilha Grande continuaram a ter uma forte produção agrícola e um forte trânsito de cargas e pessoas, apesar das novas rotas terrestres abertas no decorrer do século XVIII.

Na capitania de São Paulo, Luna e Klein (2006, p.34) informam a existência de 543 engenhos no ano de 1799. A média de escravos nessas propriedades rurais do oeste paulista era de 18, nas do Vale do Paraíba, oito, e o maior número estava entre aquelas que se situavam no caminho do sul: 21.

A necessidade de abastecimento constante aos garimpeiros beneficiou principalmente os produtores do centro-sul e de Minas, mais próximos às áreas de mineração,

passando a constituir, em meados do século XVIII, a área mais dinâmica da economia de abastecimento. Em 1786, a população de Minas Gerais era de aproximadamente quatrocentos mil habitantes, sendo 206 mil livres e cento e noventa mil escravos (Jardim, 1989, p.25). Já Lisboa tinha nessa época duzentos mil habitantes. Havia ainda a cidade do Rio de Janeiro, capital colonial desde 1763, que teve um grande aumento populacional, não só pelo crescimento econômico sustentado por Minas Gerais, mas também pela movimentação de seu porto que, entre os vários negócios que nele se realizavam, destacavam-se o comércio de escravos e as trocas comerciais com a região platina (Maxwell, 1978, p.29), ressaltando a importância do comércio clandestino com Buenos Aires. Em 1760, segundo esse autor, o almirante francês Bougainville, de passagem pelo Rio de Janeiro, estimou haver cerca de trinta navios ocupados nos negócios de contrabando com a região do rio da Prata (p.49).

João Fragoso (1992, p.20) listou alguns números referentes ao comércio terrestre de abastecimento. Suas análises evidenciaram a importância do comércio interno vindo de Minas e de São Paulo, levando-o a concluir que “as produções voltadas para o mercado doméstico possuíam um ritmo de crescimento muitas vezes superior ao daquele presente nos setores dirigidos ao mercado internacional”.

De acordo com as porcentagens que Fragoso (1992, p.124) lista, as principais exportações mineiras foram varas de porcos, toucinho, reses e carne salgada. Quanto a São Paulo, os dados compulsados indicam o comércio de bois e muaras como o principal. Conforme os dados observados no registro de Sorocaba (centro distribuidor para o centro-sul), entre 1793 e 1798, o comércio de bestas atingiu um crescimento de quase 200%. Para o caso dos bovinos e equinos, as porcentagens batem a casa de 252 e 83%, respectivamente. Além disso, os anos de 1820 a 1822 assistem a um crescimento de 15% no setor de abastecimento.

Alcir Lenharo (1979), ao abordar o período entre o final do século XVIII e o início do apogeu cafeeiro, ressaltou a importância do tropeirismo e o papel que exerceu o abastecimento interno como o principal fator de acumulação de capital nesse período histórico no vale do Paraíba paulista e sul fluminense. Os maiores cafeicultores do primeiro quartel do século XIX tiveram uma forte atuação em negócios próprios da economia mercantil de subsistência.

Lenharo (1979, p.26) identificou os dois grupos de comerciantes que atendiam à praça do Rio de Janeiro: o mercador externo e o de cabotagem, ambos sob o controle dos grandes comerciantes. Por outro lado, aqueles que se vinculavam ao abastecimento realizado por vias internas constituíam-se “em um setor recente; sua organização distributiva era vinculada em grande parte às propriedades interioranas ou a firmas de tropas independentes das grandes casas de comércio da praça carioca”. A chave para entender as bases do desenvolvimento e expansão da agricultura no vale do Paraíba está nas rotas internas, pois elas “facilitaram a penetração e colonização da região, cujas estradas foram povoadas principalmente para dar cobertura aos tropeiros e viajantes que por aí transitavam” (p.29).

Ilmar Mattos (1994) põe em dúvida esta visão de haver um ‘vazio’ resultante da ausência de um produto de exportação hegemônico, no que diz respeito a uma ‘história da agricultura’. O autor esclarece que alguns trabalhos acadêmicos demonstram estar “excessivamente presos à perspectiva dos ‘ciclos econômicos’ e atraídos pela atividade mineradora ...

tendem a constituir um ‘hiato’ entre o ‘ciclo do açúcar’ e o ‘ciclo do café’” (p.43). Ao proceder dessa forma, deixam à margem o conhecimento de processos fundamentais que não explicam a ampliação dos limites da região dedicada à agricultura mercantil escravista, como também não permitem uma compreensão mais clara da expansão econômica ocorrida no momento seguinte.

Mattos (1994, p.43) denomina “generalistas” todos aqueles indivíduos que se deslocaram para áreas de expansão agrícola, sendo por isso importante analisar a grande “mobilidade da população neste momento”. A versão segundo a qual teria ocorrido um hiato, criado por não haver um produto dominante na pauta de exportação, não permite ver a dinâmica de uma economia interna voltada para o abastecimento. Destacam-se o comércio de escravos e gêneros alimentícios e o abastecimento de gado em pé, muar e cavalar.

Parati e Angra dos Reis faziam parte dessa economia mercantil de subsistência. Para que se tenha uma noção do movimento comercial nessa área, em que era predominante a produção de gêneros, utilizo-me do “Mapa comparativo de importação e exportação da capitania de São Paulo no ano de 1801” (Mapa..., 1801), que apresenta as rendas de importação e exportação do registro de Pirai¹ e do porto de Parati, comparando-o com o de Santos.

Quadro 2: Mapa comparativo de importação e exportação da Capitania de São Paulo, 1801

	Valores dos gêneros importados	Valores dos gêneros exportados
Vila de Santos	101:948\$263	202:956\$550
Porto de Parati	41:886\$693	53:056\$600
Registro de Pirai	85:686\$434	52:792\$870

Fonte: Elaborado pelo autor com base em documentação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (Mapa..., 1801)

As áreas produtivas que negociavam e escoavam sua produção pelo Rio de Janeiro equivaliam a 50% do movimento de exportação do porto de Santos e o superavam na importação.

Nas “Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião para uso do vice-rei Luiz de Vasconcelos” (Memórias públicas e econômicas..., 1884), há um censo populacional relativo aos moradores do sul da capitania do Rio de Janeiro, entre 1779 e 1789. Parati, nesse período, possuía uma população de 6.150 pessoas, e Angra dos Reis, 9.053. Piedade e Pilar do Iguaçu, dois importantes portos da baía de Guanabara que atendiam à serra da Mantiqueira, entre São João Marcos e São Pedro de Cantagalo até as margens do rio Preto, contavam com 13.077 habitantes. Além disso, é interessante notar que as freguesias urbanas que compunham o Rio de Janeiro (Sé, Candelária, São José e Santana) somavam, entre livres e cativos, 38.707 pessoas. Já nas demais freguesias rurais (Irajá, Jacarepaguá, Inhaúma, Campo Grande, Guaratiba e Ilha do Governador) havia 50.991 habitantes.

Enquanto Parati tinha sua força econômica no seu porto, Angra dos Reis a superava na produção de açúcar, aguardente e outros gêneros que eram enviados para o Rio de Janeiro. A visita pastoral realizada por monsenhor Pizarro em fins do século XVIII esclarece que em Angra dos Reis existiam 16 engenhos que produziam 270 caixas de açúcar (Araújo,

1794) e que, deles, os situados em Japoíba e o dos frades do Carmo – localizado em Ariró – moíam, respectivamente, 146 e 126 arrobas de cana. Ainda segundo o monsenhor, outros três deles estavam situados na Ilha Grande de Fora e pertenciam a Antônio Matos, Antônio da Cunha e José Rodrigues. Por fim, Pizarro informa que o engenho que pertencia ao padre Matos se situava na praia da Longa, na Ilha Grande, e teve a sua origem creditada a uma antiga sesmaria local.

As terras pertencentes à Ordem do Carmo na Ilha Grande – a sesmaria A Tapera – foram adquiridas, em 1711, de Manoel Pinto Guedes por meio de uma escritura lavrada na vila de Parati. Esse mesmo engenho, em 1797, rendia à ordem a quantia de 961\$860 (Extrato..., 1883, p.188).

Em 1803, a Ilha Grande foi elevada à paróquia, refletindo o desenvolvimento conquistado pela região de Angra dos Reis. Esse crescimento do sul fluminense no transcorrer do primeiro quartel do XIX foi impressionante. No ano de 1806, o capitão-mor José Soares Louzada declarou haver na vila de Resende 818 escravos, e na freguesia de São João Marcos, 729 cativos. Vinte e um anos depois, em 1827, após o censo realizado por Louzada, foram listados na freguesia de São João do Príncipe mais de seis mil escravos, que pertenciam somente às escravarias dos fazendeiros em litígio de limites com a Real Fazenda de Santa Cruz (Notificação..., 1825).

O café na região norte de São Paulo já era contabilizado desde 1801, segundo os maços de ordenança, sendo que Bananal aparece, em 1802, com 40 arrobas. Tempos depois, em 1814, essa mesma região já declarava ter produzido a expressiva quantidade de 3.600 arrobas. Essa não seria a única região paulista a plantar café, pois, pelo porto de Santos, em 1804, foram exportadas para Lisboa a bordo da corveta Nossa Senhora da Vitória, cinquenta caixas de café. Em janeiro de 1805, o bergatim Deseja Paz, transportou para a cidade do Porto mais sessenta caixas de café (Documentos..., s.d., p.149-150).

O incremento do café em São Paulo proporcionou também a criação de novos impostos. Em 1800, o Senado da Câmara da vila de Lorena enviou ao governador da capitania uma correspondência na qual propunha a taxaço do café e do açúcar lá produzidos em 23 réis por arroba colhida (Trindade, 1992, p.595). O crescimento da cultura cafeeira manteve-se constante desde os princípios do século XIX, uma vez que, segundo Taunay (1939), a demanda internacional aumentou consideravelmente após o fim da era napoleônica. Segundo os números apresentados por Jaelson Trindade referentes à produção agrícola de 1814 da região de Areias, foram colhidas na dita área 7.415 arrobas de açúcar e 7.921 sacas de café.

O que se pode dizer é que, nos primeiros 15 anos do século XIX, o café estava presente em algumas unidades agrícolas. Segundo Eschwege (citado em Trindade, 1992, p.595), para 1808, em toda a capitania de São Paulo havia 190 fazendas exclusivamente de criação, 458 engenhos de açúcar, 601 engenhos de aguardente, 32 fábricas de anil e 36 moinhos de arroz. Fazendeiro nenhum teria mais de vinte mil pés plantados de café.

Participante da economia mercantil de subsistência, Angra dos Reis manteve uma forte relação com o Rio de Janeiro, pois necessitava suprir a crescente população da capital colonial com diversos gêneros de abastecimento, principalmente após a chegada da família real em 1808.

Os quadros a seguir, elaborados a partir de avisos publicados na *Gazeta do Rio de Janeiro*, indicam o tráfego de embarcações e cargas entre Rio de Janeiro e Angra dos Reis, e os gêneros de consumo para a cidade e o mercado externo, com predomínio de madeira, cal, aguardente, açúcar e café. O periódico indica ainda o tipo de embarcação (L. = lancha, S. = sumaca; B. = bergantim), o responsável por ela (M = mestre) e pela comercialização (C. = aos cuidados).

Quadro 3: Saídas das embarcações com destino à Ilha Grande, 1811

Data	Embarcação	Tripulação	Comerciante	Carga
12/7	L. Monserrate	M. Gabriel de Oliveira	-	-
12/7	S. Miguel e Santana	M. Isidoro Botelho	-	Sal e carne
5/8	S. Flor do Mar	M. João Baptista dos Santos	-	-
7/8	L. Santana	M. Manoel da Rosa Freitas	-	-
17/8	L. São João Evangelista	M. José de Oliveira Martins	-	-
20/8	L. Conceição	M. Manoel Joaquim de Azevedo	-	-
4/11	L. Boa Viagem	M. João Francisco da Silva	-	Vinho

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas publicações da *Gazeta do Rio de Janeiro* (1811).

Quadro 4: Entradas das embarcações provenientes da Ilha Grande, 1811

Data	Embarcação	Tripulação	Comerciante	Carga
17/7	S. Flor do Mar	M. João Baptista dos Santos	C. a José Joaquim Guimarães	Arroz e café
17/7	S. Adônis	M. Crispim Antônio de Almeida	C. a Manoel José Chaves	Madeira e arroz
21/7	S. Primavera Feliz	M. Caetano José Rodrigues	C. ao mesmo	Cal e café
27/7	L. São João Evangelista	M. José de Oliveira Martins	C. ao mesmo	Arroz, aguardente e café
27/7	L. Santana e S. Fco. de Paula	M. Manoel da Rosa Freitas	C. ao Ex. Antônio de Araújo	Cal e lenha
31/7	L. Conceição	M. Manoel Joaquim de Azevedo	C. ao mesmo	Arroz, aguardente a café
9/8	L. Socorro	M. Carlos José	C. a João Cardoso	Aguardente e sal
20/8	L. Monserrate	M. Gabriel de Oliveira	C. ao mesmo	Arroz, aguardente e café
21/8	L. Trindade	M. José de Oliveira Tenório	C. ao mesmo	Arroz e café

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas publicações da *Gazeta do Rio de Janeiro* (1811).

Quadro 5: Saídas das embarcações com destino à Ilha Grande, 1818

Data	Embarcação	Tripulação	Comerciante	Carga
2/3	B. Furão	M. Elias Rezende da Cunha	-	-
17/3	L. São José	M. Domingos Lopes	-	Madeira para Santa Cruz
21/4	L. São João Evangelista	M. Antônio da Costa Goulart	-	Fazendas e sebo
23/5	L. São Bento	M. José Pereira Rosa	-	Lastro
9/6	L. Conceição e Bonfim	M. Joaquim José de Aguiar	-	Lastro
9/6	L. São João Evangelista	M. Antônio da Costa Goulart	-	Lastro
9/6	L. Trindade	M. Antônio Marques	-	Lastro
28/6	L. São Bento	M. José Pereira Rosa	-	Milho

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas publicações da *Gazeta do Rio de Janeiro* (1811).

Quadro 6: Entradas das embarcações provenientes da Ilha Grande, 1818

Data	Embarcação	Tripulação	Comerciante	Carga
27/2	L. Conceição e S. Fco. de Paula	M. José Ferreira	C. ao mesmo	Açúcar, café e farinha
1/3	L. S. José Monte Carmelo	M. José de Oliveira Tenório	C. ao mesmo	Açúcar, aguardente, café e farinha
17/3	L. Trindade	M. Antônio Marques	C. ao mesmo	Açúcar, aguardente e café
4/4	L. Santa Bárbara	M. José Gabriel de Oliveira	C. ao mesmo	Arroz, café e açúcar
4/4	L. São João Evangelista	M. Antônio da Costa Goulart	C. a José Caetano Travassos	Aguardente, café e açúcar
5/4	L. Conceição e Bonfim	M. Joaquim José de Aguiar	C. ao mesmo	Açúcar, aguardente e café
5/4	L. Conceição e S. Fco. de Paula	M. José Ferreira	C. ao mesmo	Açúcar, aguardente e café
21/5	L. São João Evangelista	M. Antônio da Costa Goulart	C. a Manoel Caetano Travassos	Aguardente e café
23/5	L. Conceição e Bonfim	M. Joaquim José de Aguiar	C. ao mesmo	Açúcar, aguardente e café
25/6	L. Conceição	M. José Ferreira	C. ao mesmo	Café
29/6	L. Conceição Ligeira	M. João Baptista Cordeiro	C. ao mesmo	Aguardente e café
30/6	L. S. José Monte Carmelo	M. José de Oliveira Tenório	C. ao mesmo	Aguardente e café

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas publicações da *Gazeta do Rio de Janeiro* (1818).

No início do século XIX, o café, que irá ultrapassar o açúcar em valor no ano de 1822, provocou o aumento do preço da terra e o aceleramento de sua ocupação. Angra dos Reis e a baía da Ilha Grande tiveram um papel de destaque na circulação da produção cafeeira que estava sendo implantada no vale do Paraíba fluminense e no chamado ‘norte paulista’, área que ia de Taubaté a Bananal.

A produção fluminense exportada pela baía foi a mais importante da província do Rio de Janeiro durante grande parte do Oitocentos. Mantendo expressivas colheitas até 1888, a área correspondente a essa produção compreendia os municípios de Resende, Barra Mansa, São João do Príncipe e Piraí. Os fazendeiros dessas localidades, cujas terras alcançavam as fronteiras de Minas Gerais, estavam entre os maiores proprietários de terras e de escravos, e não só da província fluminense, pois também figuravam entre as maiores fortunas do país.

O norte paulista exportava suas safras de café por Mambucaba. Resende e Bananal, por Jerumirim e Ariró. O barão de Piraí, José Gonçalves de Moraes, dono da fazenda Três Saltos, era tido, em 1845, como um dos maiores fazendeiros do Império, por possuir cerca de mil e quinhentos escravos e obter uma expressiva produção de café (Figura 1). Moraes não estava só. Tanto ele como os Breves, o barão de Vargem Alegre, o barão de Mambucaba e outros fazendeiros de Piraí e São João Marcos usavam o porto do Saco de Mangaratiba para ‘descer’ para o Rio de Janeiro as suas safras. O barão de São João Marcos, que, no ano de 1827, declarou haver em suas fazendas Belém e Menino Deus quinhentos escravos, exportava sua produção por Itaguaí (Schnoor, 2005, p.104).

A produção cafeeira de São Paulo era oriunda do norte paulista. Segundo Ilmar Matos (1994), essa área era responsável por 72% do café paulista. Contudo, entre 1836 e 1837, o

MUNICIPAL DE PIRAI
PIRAI
RJ

Devo que pagarei ao Sr. José Gonçalves de Moraes & Comp^a a quantia de seiscentos e setenta mil réis, provenientes de duas curvas de escravos cabinda ainda boçais, que lhe comprei, e recebi a meu contento: cuja quantia de R\$ 680.000 pagarei a elle dita Sr, ou a quem elle me mostrar de presente datado a quatro annos em quatro pagamentos iguaes, e annuaes de 170.000 réis cada humo; sujeitando-me a pagar-lhe os juros da Lei todo o tempo, que decorrer além dos prazos prefixos: para cuja satisfacão obrigo os meus bens presentes e futuros, e especialmente os meus escravos: e por firmeza pedi a presença de Manoel Lima que este por mim firmou, e como testemunha se assignou; e eu me assignei nesta Cartada do Sr. Salto aos 7 dias do mes de Maio de 1822

José Gonçalves de Moraes

R\$ 680.000 -

Figura 1: Escritura de compra de escravos cabindas, vendidos por José Gonçalves de Moraes, futuro barão de Pirai

café colhido nessa região equivalia a 25% de toda a colheita fluminense do mesmo grão. Por essa época, Areias contava com 238 fazendas exclusivamente cafeeiras. Porém, Bananal, a partir de sua emancipação política de Areias em 1833, tornar-se-á o principal produtor paulista de café, ultrapassando em renda o porto de Santos e a cidade de São Paulo em diversas ocasiões. Foi somente na década de 1870 que a área de Campinas conseguiu ultrapassar e suplantar a hegemonia cafeeira de Bananal (Schnoor, 2005, p.18).

A circulação da produção de gêneros e o transporte de café para os portos da baía da Ilha Grande tornaram o tropeirismo um importante fator de acumulação de capital para a época em tela.

O barão de Pindamonhangaba, comandante da guarda de honra que acompanhou dom Pedro a São Paulo em agosto e setembro de 1822, declarou possuir entre os seus bens uma tropa de bestas mansas usada na carreira de Parati. Outros importantes fazendeiros do norte paulista eram tropeiros, dentre os quais convém destacar o capitão-mor de Guaratinguetá Manoel José da Silva, um dos maiores senhores de engenho de São Paulo, o poderoso clã Lourenço, da vila de Lorena, e Brás Arruda, fazendeiro domiciliado em Bananal (Schnoor, 2005, p.201).

O tropeirismo é considerado um dos mais importantes fatores de acumulação de capital desde meados do século XVIII (Schnoor, 2005, p.64-66). Grande parte dos fazendeiros de café teve as suas fortunas originadas desse trânsito e dos negócios com escravos, muares, cavалares e bovinos, possibilitando a criação de um excedente econômico que foi investido na implantação da lavoura cafeeira no correr da primeira metade do XIX.²

Para uma exata noção do volume financeiro que o negócio com animais gerava e que, em larga medida, era realizado com pagamentos à vista ou por meio de garantias claras e reais, há o exemplo do montante da dívida do capitão-mor de São João Marcos, Nuno da Silva Reis, que vendia porcadas para o abastecimento do Rio de Janeiro. Ao falir, deixou uma dívida calculada em 90:000\$000: uma fortuna para a época. Um de seus credores era Brás de Oliveira Arruda, que exerceu as suas garantias sobre um conjunto de casas no Centro do Rio de Janeiro e uma chácara em São Cristóvão. Somente a chácara de São Cristóvão valia 16:000\$000. Só a título de comparação, a chácara pertencente a Elias Antônio Lopes e cedida à família real portuguesa foi avaliada em 20:000\$000 (Schnoor, 2005, p.153).

A cultura cafeeira passa a ser o produto dominante da economia brasileira a partir de 1840. Os tributos gerados e pagos pelo café colhido no vale do Paraíba foram de tal ordem, que Taunay (1939, p.145-146) considerou essa cultura um fator importante para evitar a desagregação do país durante as revoltas regenciais. O volume dos impostos cobrados dessa lavoura sustentou os erários provincial e imperial, que se ressentiam das perdas de arrecadação sofridas entre 1835 e 1845 (Schnoor, 2005, p.198).

Em 1842, o subdelegado de Angra dos Reis informou que a freguesia da cidade tinha 1.873 fogos e 112 eleitores; a da Ilha Grande, 1.176 fogos e 112 eleitores; a da Ribeira, 1.021 fogos e 101 eleitores; e a de Mambucaba, 477 fogos e cinco eleitores (Subdelegacia..., s.d.). Em 1854, a cidade de Angra dos Reis, segundo o *Almanaque Laemmert* (1854, p.23), possuía uma população de 25 mil almas e mais de duas mil casas, e “navegavam para este município cinco vapores e vários barcos que carregavam café da província de S. Paulo e deste município, sendo o do município acima de 250.000 arrobas”.

Em 1857, quando teve início o processo de partilha dos bens do finado comendador Antônio da Cunha Barbosa Guimarães, realizado por seu irmão, o doutor José Joaquim Guimarães, e concluído em 1860, a fazenda dos Dois Rios situada na Ilha Grande de Fora, foi lançada nesse inventário a 84:313\$820, tendo uma escravaria de 135 cativos.

Desses, 35 eram crioulos, e 77 cativos pertenciam a etnias africanas. Na maioria esses africanos eram congos (22 escravos) e moçambiques (23 escravos). Como muitas das escravarias do vale, os angolas pouco aparecem, e os cabindas estavam representados por apenas sete indivíduos. Dessa escravaria, 58 cativos, ou seja, 43%, apresentaram algum problema de saúde, e o mais grave é que 34,22% dos cativos não tinham valor lançado, sendo qualificados como incuráveis (Inventário..., 1857).

O engenho de cana não era mais a principal atividade da área da fazenda dos Dois Rios. O café era a cultura dominante, e os indivíduos cativos que trabalhavam na roça eram a maioria. Por essa razão, entre os escravos não existiam aqueles que se dedicavam a um ofício em particular, pois de todos aqueles arrolados e inventariados somente um foi qualificado como remeiro, e outros dois apontados como do serviço da casa. Quanto às doenças relacionadas, surgem aquelas ligadas ao excesso de trabalho (quebrados, quebrados das virilhas, rendidos etc.), além de cativos portadores de defeitos físicos, a saber: cegos, aleijados, zâimbos das pernas e com feridas (Inventário..., 1857).

Em 1871, em outra estatística demográfica publicada nas páginas do *Almanaque Laemmert* (1871) sobre o município de Angra dos Reis, a Ilha Grande foi apresentada como a freguesia mais importante, por contar com a maior população de livres e escravos.

Quadro 7: Município de Angra dos Reis, estatística de 1871

Freguesias	Homens Livres	Mulheres Livres	Total	Homens Escravos	Mulheres Escravas	Total	Total por Freguesias
N. S. da Conceição de Angra	1.177	1.178	2.355	374	374	748	3.103
S.Trindade de Jacuecanga ³	963	964	1.927	278	278	556	2.483
N. S. da Conceição da Ribeira	1.416	1.699	3.115	714	633	1.347	4.462
N. S. do Rosário de Mambucaba	855	1.011	1.866	365	293	658	2.524
Santana da Ilha Grande	1.937	2.030	3.967	596	607	1.203	5.170
Totalidade	6.348	6.882	13.230	2.327	2.185	4.512	17.742

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas publicações do *Almanaque Laemmert* (1871)

Dominavam em Angra dos Reis os lavradores e não os fazendeiros. A pequena propriedade e a pequena quantidade de cativos por senhor sobressaíam nesse município. Por intermédio dos inventários consultados pertencentes aos moradores da Ilha Grande, vê-se de maneira clara ser listada uma média de quatro escravos entre os demais bens que foram discriminados.⁴

Outra evidência do domínio da pequena propriedade na região de Angra dos Reis é a inexistência de um regimento de cavalaria da Guarda Nacional. Os regimentos da Cavalaria de Milícias são uma expressão de riqueza, e o oficial necessitava ter uma renda que o qualificasse a ingressar na companhia. No início do século XIX, só havia um regimento de cavalaria no vale do Paraíba, que agregava os moradores de Resende e São João Marcos.

Francisco José Teixeira Lira, dono da paragem Feiticeiras, situada na praia do Iguazu – uma das muitas que faziam parte da enseada da Estrela – detinha a patente de capitão de infantaria e era senhor de seis escravos. Maria Graham (1990) informa que os proprietários de até cinco escravos estavam entre os mais pobres fazendeiros.

Para 1877, o *Almanaque Laemmert* (1877, p.53) contabiliza a população de Angra dos Reis em 17.289 livres, 758 ingênuos ou crianças, sete escravos “entrados” (oriundos do tráfico interprovincial que então era realizado), 59 escravos mudados, 4.015 escravos matriculados e 437 escravos falecidos.

A lista de votantes e eleitores da freguesia de Santana da Ilha Grande de 1880, elaborada em razão da reforma eleitoral de 1879, mostra-nos a ocupação e a renda de seus moradores. Divididos entre votantes e elegíveis, mais de 90% dos habitantes listados declararam possuir uma renda de 200\$000. O restante dos eleitores declarados e que tinham renda que variava entre 300\$000 e 700\$000 eram pouquíssimos e, como consequência, apenas cinco moradores da Ilha Grande foram considerados elegíveis.

A lista traz outro dado interessante: não faz distinção entre livres, forros e libertos. Se acompanharmos somente pelo nome do ‘cabeça’ (chefe do domicílio), eles poderiam ser qualificados como livres, já que são votantes. Pobres, mas livres, os homens livres da ordem escravocrata: os ‘cossacos’ da ordem social do Império, pois ficavam nas fronteiras da sociedade.

Essa lista de votantes, entretanto, permite-nos outra leitura ao informar a filiação dos alistados. José Felipe Neves Jordão, de 72 anos, foi lançado como votante. Era casado, residia na enseada da Estrela e possuía renda de 200\$000. O que mais intriga em relação aos dados coletados de Jordão diz respeito a sua filiação. Ao invés de citar o nome de seu pai, o que o caracterizaria como filho legítimo, ele declarou ser filho de Maria Benguela.

Neves Jordão não foi o único nessa situação. O também votante Adão Francisco da Silva, morador na localidade dos Castelhanos, declarou em sua filiação o nome de sua mãe: Rosa Africana.

Os filhos de cativos passaram por aquilo que Rui Barbosa denominou de censo pecuniário. A renda majoritária de 200\$000 dos votantes alistados na Ilha Grande leva a crer serem os moradores daquela região, em sua maioria, pobres.

Mas os liberais prepararam o país contra a ampliação dos votantes ‘sem controle’ das elites políticas, instituindo, com a Lei Saraiva, a obrigatoriedade de ler e escrever para os participantes do processo eleitoral:

Pode-se ter ideia do significado dessas exclusões, considerando que, de acordo com o relatório da Diretoria Geral de Estatística do Império correspondente ao ano de 1874, a população eleitoral do país era, então, de 1.114.066 indivíduos. Agora, com a Lei Saraiva, será reduzida não aos 400.000 da previsão de Rui Barbosa, mas a tão somente 145.296.

Isto é, perto da oitava parte do eleitorado antigo e a menos de 1,5% do total dos habitantes do Brasil, estimado em 9.941.471 em 1881 (Holanda, 1972, p.223, 224).

A lista de votantes e elegíveis da Ilha Grande mostra os limites impostos à massa dos homens livres e libertos, além de demonstrar a postura da classe política em relação ao fim da escravidão e à não inclusão na sociedade dos ex-escravos. A República manteve tais restrições, uma vez que ler e escrever permaneceram como as grandes barreiras impostas à população de baixa renda alijada da escolha de votar nos representantes políticos.

Mas os registros civis de Angra dos Reis guardaram uma surpresa. Os óbitos da freguesia de Santana, além de demonstrar as razões dos falecimentos ali ocorridos, trazem-nos uma memória relativa à escravidão. Os livros de óbitos do Cartório do Registro Civil de Angra dos Reis não se esqueceram da escravidão (Óbitos..., 1889-1900).

Já libertos e possuidores, em tese, do direito de ir e vir sem restrições, os ex-escravos, agora cidadãos da República, podiam exercer sua cidadania indo ao cartório informar falecimentos e ter seus nomes lançados em qualquer ato notarial. Entretanto, os escrivães de Angra dos Reis não olvidaram o passado desses cidadãos, para eles, a escravidão não se tornou um sujeito oculto. Eles lançaram nos livros registros de cidadãos qualificados como ex-escravos, chegando até a informar o nome de seus antigos senhores, misturando a escravidão com o jacobinismo republicano. Em alguns atos notariais, aqueles que exerciam função pública e alguns moradores muitas vezes foram adjetivados como cidadãos, e tinham seu registro finalizado com a saudação positivista “Saúde e fraternidade”.

Para melhor compreensão da forma como esses registros eram escriturados, faz-se importante informar como era a antiga divisão territorial da Ilha Grande, uma vez que ela sempre foi vista, equivocadamente, como um todo administrativo. A Ilha Grande era dividida por paragens e agrupada em distritos que formavam a freguesia de Santana da Ilha Grande. Cada uma das freguesias do município de Angra dos Reis possuía um juiz de paz. Eles tinham a responsabilidade de lançar os assentos dos nascimentos, casamentos e óbitos que ocorriam nas suas freguesias e enviá-los ao Cartório de Registros Civis de Angra dos Reis. No caso em estudo, a freguesia de Santana da Ilha Grande, os óbitos registrados pelo juiz de paz foram lançados enunciando a paragem dos falecidos. Faleceram moradores das seguintes localidades da Ilha Grande, entre os anos de 1893 e 1894.

Quadro 8: Óbitos na freguesia de Santana, 1893-1894

1893	Localidade	Óbitos	1894	Localidade	Óbitos
	Enseada da Estrela	10		Ponta da Enseada	3
	Praia Grande das Palmas	2		Canto do Leste	2
	Santana da Ilha Grande	1		Castelhanos	3
	Abraão	7		Meros	1
	Probetá	5		Abraão Pequeno	1
	Abraão Grande	1		Marinheiros	1
	Matariz	6		Probetá	1
	Palmas	13		Abraão	10
	Chapada dos Micos	8		Praia Grande das Palmas	1
	Lazareto	18		Palmas	5
	Parnaiooca	16		Matariz	4
	Pilão	1		Enseada da Estrela	10

Quadro 8 (cont.): Óbitos na freguesia de Santana, 1893-1894

1893	Localidade	Óbitos	1894	Localidade	Óbitos
	Bananal Grande	4		Japariz	1
	Ponta do Pilão	1		Sertão do Sítio Forte	1
	Ponta da Enseada	2		Bananal	2
	Praia Grande da Cachoeira	4		Lopes Mendes	3
	Sítio Forte	6		Enseada	5
	Castelhanos	5		Guachumas	1
	Aventureiros	3		Chapada dos Micos	2
	Bananal	1		Sítio Forte	2
	Costa do Pilão	1		Ponta do Pilão	1
	Ponta Grossa do Pilão	1		Longa	1
	Capivari	1		Simão Dias	4
	Maguariquiçaba	1		Tapera	2
	Canto do Sul	1		Sertão de Capivari	1
	Feiticeiras	2		Jacumena	2
	Ubatubinha	1		Parnaioca	4
	Costeira do Probetá	1		Fazenda das Feiticeiras	1
	Japariz	1		Pedreiras	1
	Jacarei ⁵	2		Aventureiros	1
	Longa	3		Jacucanga ⁶	2
	Praia Grande	1		Iguaçu ⁷	1
	Itacuruçá	1		Praia Grande da Cachoeira	1
	Lopes Mendes	1		Colônia Correccional Três Rios	1
	Sertão do Sítio Forte	4		Sem identificação do local	55
	Sem identificação do local	49	-	-	-
1893	Total de óbitos	185	1894	Total de óbitos	144

Fonte: Elaborado pelo autor com base em documentação do Registro Civil de Angra dos Reis (1889-1900)

A Ilha Grande, como todo o vale do Paraíba, entrou em uma grave crise econômica com o fim da escravidão e a queda do Império. Parati e Angra dos Reis podiam ser incluídas nas cidades mortas de Monteiro Lobato. Desde princípios do século XX, a principal ocupação da ilha, e o que a identificou, foi a Colônia Penal de Dois Rios e a grande Hospedaria de Estrangeiros – o Lazareto. Os navios de passageiros aportavam na Ilha Grande para que os viajantes passassem por uma quarentena antes de desembarcar no Rio de Janeiro. Com isso, toldou-se o cotidiano de seus moradores após o fim da hegemonia da cultura cafeeira no sul fluminense.

Uma República que se iniciou pela promulgação do Código Penal e não da Constituição, manteve na Ilha Grande a qualificação de sua população como no Império. Sem esquecer da escravidão.

Os livros do Registro Civil do município de Angra dos Reis guardaram a memória dos tempos idos. Pelo tipo de *causas mortis* infantis, percebem-se as más condições de higiene da Ilha Grande. Muitos dos falecimentos de crianças decorreram de sarna, com a doença se transformando em epidemia entre os menores de idade. Já as outras causas listadas são comuns entre as crianças que viviam em áreas rurais: verminoses, mal de sete dias, sarampo, tosse, coqueluche e febres.

Contudo, as crianças também estavam sujeitas a falecer de outras doenças. Por exemplo, morria-se de apoplexia, e essa foi a enfermidade que ceifou a vida do pequeno João, com um mês e 18 dias de vida. Ele residia no Abraão Pequeno e era filho natural de Ana, escrava e natural dessa mesma paragem. De Matariz veio o comunicado sobre o falecimento

de Cristina, que morreu com três anos de idade em decorrência da tísica mesentérica. Sua mãe se chamava Raquel e era uma das ex-escravas que havia nascido na Ilha Grande.

No dia 11 de janeiro de 1889, Victorino José Miguel comunicou a morte de sua irmã Felicidade Maria, em razão de uma gastrite crônica. Felicidade era filha de Joaquina Rosa e faleceu aos 45 anos de idade, deixando quatro filhos. Cioso dos seus deveres, o escrivão que lavrou seu óbito lança no registro a origem dos seus pais: naturais da Costa da África.

Essa qualificação de ex-escravo não foi utilizada somente em 1889. Em 1890, faleceram na Ilha Grande 220 pessoas. O Registro Civil qualificou como ex-escravos os seguintes óbitos.

Quadro 9: Alvorada republicana em Angra dos Reis, 1890

Data	Nome	Qualificação
4/1/1890	Simphorosa	Parda. 21 anos. Filha ilegítima da parda Julieta, ex-escrava de João Virgílio Pereira Maia. Faleceu de parto
14/1/1890	Emília Maria Sophia	Preta. 23 anos. Filha legítima de Francisco Agostinho de Matos e Maria Benedita, lavradores desta freguesia, casada com Nicolau Rufino da Silva, de cor preta, ex-escravo do cidadão capitão Francisco Gonçalves da Nóbrega
17/1/1890	José	Preto. De nação 70 anos, solteiro, roceiro, morador da Praia Grande das Palmas. Faleceu de um tumor
18/1/1890	Capitulino	Nascido em 3 do corrente, filho de Henriqueta Maria da Conceição, ex-escrava do finado capitão Antonio de Sousa Lima
12/3/1890	Benedita	Filha ilegítima de Ana da Conceição, natural desta freguesia, moradora do sertão do Sítio Forte. Faleceu de inchação e declarou o seu óbito Paschoal ex-escravo de Francisco Jordão da Silva Vargas
17/3/1890	Olívia	Inocente. Filha ilegítima de Liberata da Conceição, com sete dias de idade, batizada em casa. Avós maternos Tomé e Mariana, ex-escravos de João José de Carvalho, moradores do sítio Forte
7/4/1890	Sebastião	Compareceu Leocádia Maria Francisca profissão lavoura, moradora da Praia de Fora, ex-escrava de Bernardina Maria da Conceição, já falecida, comunicando o óbito do seu filho ilegítimo de três meses e quinze dias. Avó materna Maria Francisca, ex-escrava de Bernardina Maria da Conceição
11/4/1890	Cristóvão	Compareceu Manoel crioulo, ex-escravo do major Hermenegildo Jordão da Silva Vargas, informando o falecimento de Cristóvão, 60 anos, casado, preto, profissão lavoura, natural desta freguesia, morador da fazenda do Canto do Leste, ex-escravo do major Hermenegildo Jordão da Silva Vargas. Faleceu de moléstia desconhecida
16/4/1890	Cipriano	50 anos, preta, natural desta freguesia, morador na fazenda Dous Rios. Pais desconhecidos. Ex-escravo do finado Malaquias José da Costa, morador da Parnaioca. Faleceu de hemorragia
8/5/1890	Maria	Compareceu Julião, ex-escravo de José Maria Correia, morador da Enseada e declarou o falecimento de Maria, nascida a 6 do corrente, batizada em casa. Filha ilegítima de Marcelina Rosa de Jesus, natural desta freguesia, profissão lavoura, moradora deste lugar. Avó materna Inocência Rosa de Jesus

Quadro 9 (cont.): Alvorada republicana em Angra dos Reis, 1890

Data	Nome	Qualificação
15/6/1890	João Caetano Correia	Na Praia de Fora da Enseada da Estrela, faleceu João Caetano Correia, ex-escravo de José Maria Correia, filho ilegítimo de Eva, ex-escrava de José Maria Correia. Casado com Rosa Maria da Conceição. Da lavoura
17/6/1890	Casemira	3 anos, filha ilegítima de Patrocínia Maria do Nascimento. Avó materna Patrocínia, ex-escrava do major Hermenegildo Jordão da Silva Vargas. Da lavoura
17/6/1890	Jacinta	60 anos, ex-escrava de Manoel José de Azevedo Borges, lavrador e morador de Palmas
25/8/1890	Joana Maria	Moradora de Parnaioca, Joana Maria, 100 anos presumíveis, preta, natural da África. Atestado pelo cidadão José Florentino Lopes da Silva
5/10/1890	Jacinto José Pereira	50 anos, filho legítimo de Antonio de nação e Luzia de nação. Avós ignorados
12/10/1890	Romana	3 anos, filha ilegítima de Edwiges, ex-escrava de Francisco Jordão da Silva Vargas. Avós maternos Mariano e Esperança, ex-escravos do mesmo Jordão
9/11/1890	Maria Rosa	Apresentou-se Julião, ex-escravo de José Maria Correia e declarou o falecimento de Maria Rosa, 80 anos, de nação. Faleceu de asma
9/11/1890	Pedro Manoel de Alcantãra	28 anos, morador da enseada da Estrela, filho ilegítimo de Marcelina Rosa de Jesus, natural desta freguesia. Solteiro. Avó materna Inocência Rosa de Jesus, já falecida, ex-escrava do tenente José Rolino dos Santos, já falecido
22/11/1890	Benedita Rosa de Jesus	Isidoro Nepomuceno declarou o óbito de sua sobrinha Benedita Rosa de Jesus, com 10 anos, preta, por queimaduras de fogo. Filha ilegítima de Jacinta Rosa de Jesus, ex-escrava do finado Francisco Nunes Cristiano. Avó materna Maria Rosa, natural da Costa da África, ex-escrava do finado Francisco
27/11/1890	Ludgero	80 anos, preto de nação. Filiação ignorada. Faleceu de pneumonia
30/11/1890	Antônio	Compareceu Manoel, ex-escravo de José Dias Tavares, morador na Enseada e declarou que faleceu de febres Antonio, de nação Moçambique, 70 anos, ex-escravo de José Dias Tavares. Morava na Guachuma
4/12/1890	Bernardo João Ferreira	Morador da Enseada, solteiro, pardo, 50 anos, filho ilegítimo de Francisca, ex-escrava do finado Manuel José de Cespes, sendo ultimamente Bernardo, ex-escravo do capitão João de Sousa Matos já falecido

Fonte: Elaborado pelo autor com base em documentação do Registro Civil de Angra dos Reis (1889-1900)

Quando iniciei o levantamento desse arquivo, creditei à recente implantação da República a qualificação dos agora cidadãos como ex-escravos. Ao pesquisar os registros de óbitos de 1891, verifiquei que a Alvorada Republicana – primeiro selo republicano que trazia a imagem da ‘nossa’ Marianne – não havia chegado à Ilha Grande (Figura 2).

Em 1891, foram lançados 131 óbitos; em 1892, 104; em 1894, 154; em 1895, 190; e, em 1896, 179 (Figura 3).



Figura 2: Selo da alvorada republicana

2ª VIA


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de óbito
MATRÍCULA
092775 02 55 1893 4 00002 007 0000012-19
(Inteiro Teor)

Certifico que revendo em meu poder em Cartório no Livro C-02 (dois), folhas 7v (sete verso), número 12 (doze), verifiquei constar o seguinte teor: *“Aos dezoito dias do mez de janeiro de mil oitocentos e noventa e trez, neste quinto Distrito, Ilha Grande, do Município de Angra dos Reis, em meu Cartório compareceu Fernando ex escravo, e apresentou-me uma guia do inspetor do novo quarteirão o cidadão Bernardo Teixeira da Cunha declarando: que faleceu hontem dezoito do corrente às cinco horas da tarde, proveniente de sarna recolhida o innocente, BENEDICTO, idade oito mezes, filho natural de Lydia Maria da Conceição ex escrava cõr preta natural deste distrito. Avos paternos e maternos sem declaração por não haver quem explicasse. No que para constar lavro este termo assina às testemunhas Joaquim Antonio Pires, sacristão e Manoel Felisbino Martins, commigo João Jose de Siqueira Coutinho Official do Registro Civil que escrevi e assino. Consta ainda assinatura do Oficial e das testemunhas.” Nada mais continha.*

O conteúdo da Certidão é verdadeiro. Dou fé.
Angra dos Reis, 06 de dezembro de 2012.


ESCREVENTE

Suzana da Luz Teixeira
ESCREVENTE
MATR.: 04.12022

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS DO 1º DISTRITO
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE: ÁUREA DOS SANTOS SILVA
ANGRA DOS REIS/RJ
RUA PROFESSOR LIMA, Nº 157, CENTRO - CEP: 23900-282

Emolumentos:
Tab.03-11 R\$ 11,37| Tab. 01-09 R\$ 3,41|Tab. 01-10 R\$ 3,41
Tab.01-08 R\$ 4,55|Tab.03-11-II R\$ 54,48| Tab.01-04(b) R\$ 6,82
FETJ 20% R\$ 16,80|FUNDPERJ 5% R\$ 4,20| FUNPERJ 5% R\$ 4,20
Total..... R\$ 109,24



SELO DE FISCALIZAÇÃO DO REGISTRO CIVIL
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
CERTIDÃO
CJY
0412741


Figura 3: Atestado de óbito de Benedito, filho de ex-escrava

Quadro 10: Alvorada republicana em Angra dos Reis, 1891-1892

Data	Nome	Qualificação
11/1/1891	Lourenço Nunes Jr.	Guilherme, ex-escravo do finado Manuel Joaquim Ferreira de Azevedo, comunica o falecimento de Lourenço Nunes Jr. de 60 anos, profissão oficial de Justiça, morador de Bananal
22/1/1891	Benedito	2 anos, filho legítimo de Nicolau Rufino da Silva e Emilia Maria Sophia. Avó paterna Margarida Maria da Conceição, ex-escrava do capitão Francisco Gonçalves. Avós maternos Francisco Agostinho de Mattos e Maria Benedita, moradores de Bananal
22/1/1891	Capitulino	Polidonio, ex-escravo, morador da Parnaioca
1/2/1891	Tereza Rosa do Nascimento	16 anos, ingênua, preta, moradora do Canto do Leste. Declarou o pai Olinto Gabriel da Costa. Faleceu de parto
5/2/1891	Maria	José Antonio Pires (sacristão), morador do Iguaçu, declarou o óbito de Maria, 10 meses, filha ilegítima de sua caseira Ana Prudência Correia, parda, profissão lavoura, moradora no mesmo lugar
10/3/1891	Ignácia Laurinda	25 anos, solteira, parda, ex-escrava do finado Manoel José de Cespes, filha ilegítima de Laurinda, ex-escrava do mesmo Cespes. Faleceu de moléstia ignorada
13/3/1891	Joaquim	2 anos, filho ilegítimo de Leocádia, ex-escrava de Joaquim José de Macedo. Avó materna Ana, ex-escrava do mesmo Macedo, residente no mesmo lugar. Faleceu de tosse coqueluche
28/3/1891	Elias Joaquim Ferreira	70 anos, casado com Maria Emerenciana das Dores, filho ilegítimo de Francisca, ex-escrava de Manoel José de Cespes
14/4/1891	Laurinda	Filha ilegítima de Honorata Maria da Conceição
20/4/1891	Manuel	Com 55 dias, filho legítimo de Caetano Luiz Albino e Rosa Maria Pimenta. Avós paternos Luiz, ex-escravo, e Luiza Maria da Conceição, ex-escrava. Avós maternos ignorados. Faleceu de tosse coqueluche
4/2/1892	Eustáquio	Pardo, filho ilegítimo de Simphorosa, ex-escrava do finado Manoel Joaquim Ferreira de Azevedo. Avós maternos Claudiana, ex-escrava do mesmo Azevedo, já falecida
5/2/1892	Ambrósio	Óbito do preto de nação Ambrósio, 75 anos, ex-escravo do capitão Antonio José Joaquim Raimundo por asfixia e submersão, a cujo cadáver se procedeu a corpo de delito
1/6/1892	João	2 anos, parda, natural desta paróquia, filho ilegítimo de Benedita da Silva, ex-escrava de João Antônio da Silva, moradores da enseada da Estrela. Faleceu de diarreia crônica
1/7/1892	Miguelina	70 anos, natural da Costa da África, ex-escrava do Dr. Alfredo Guimarães. Avós paternos e maternos ignorados. Faleceu de febres perniciosas
21/9/1892	Joana Maria da Conceição	Preta. 96 anos, natural da Costa da África. Avós ignorados
30/9/1892	Ana Maria	Compareceu Joaquim Lopes, sapateiro, morador da Ponta Grossa da Ubatuba e declarou que faleceu Ana Maria, 70 anos, preta, natural desta freguesia, moradora de Ubatuba. Faleceu de pneumonia
18/11/1892	Libania Maria da Conceição	25 anos, preta, natural desta freguesia, moradora nas Palmas. Filha legítima de Ventura Joaquim da Costa e Rufina Maria da Conceição aquele falecido e natural da Costa da África e esta desta freguesia, moradora de Monsuaba. Faleceu de moléstia interior

Quadro 10 (cont.): Alvorada republicana em Angra dos Reis, 1891-1892

Data	Nome	Qualificação
20/11/1892	Benedita Maria da Conceição	35 anos, solteira, natural desta freguesia, preta, filha ilegítima de Maria da Conceição, natural da Costa da África. Avós ignorados por ser da Costa. Faleceu de parto
11/12/1892	Emiliana Maria	68 anos, preta, solteira, natural da Freguesia de Jacuecanga. Deixou três filhos. Faleceu de hidropisia
18/12/1892	Senhorinha	95 anos, solteira, parda, ex-escrava, natural desta paróquia. Faleceu de febres
18/12/1892	Júlio	1 ano, filho ilegítimo de Sebastiana Maria da Conceição, solteira, natural deste distrito, ex-escrava de Pedro Policarpo de Paula Oliveira, já falecido. Avós maternos João Tamanca e Mariana da Conceição, naturais deste distrito, residentes do Bananal, ex-escravos do mesmo Oliveira. Faleceu de tísica pulmonar

Fonte: Elaborado pelo autor com base em documentação do Registro Civil de Angra dos Reis (1889-1900).

A adjetivação de cidadãos como ex-escravos perdurou até 1899, uma vez que os escrivães não silenciaram sobre a origem social dos moradores da Ilha Grande.

Quadro 11: Alvorada republicana em Angra dos Reis, 1893-1899

Data	Nome	Qualificação
7/1/1893	Idalina	Guilherme, ex-escravo, informou o falecimento de Idalina, filha legítima de Licínio Manoel de Souza e Isaltina Maria da Conceição, naturais desta freguesia e residentes no Bananal Grande. Faleceu de asma
10/1/1893	Ovidio Faria de Souza	32 anos de idade, preta, natural deste distrito, ex-escravo, casado com Rosa Maria Teodora da Silva, natural e residentes neste distrito das Palmas. Faleceu de tísica pulmonar
18/1/1893	Benedito	Em meu cartório compareceu Fernando, ex-escravo e apresentou-me uma guia do Inspetor do Nono quarteirão o cidadão Bernardo Teixeira da Cunha, declarando: faleceu Benedito, 8 meses, filho natural de Lídia Maria da Conceição, ex-escrava, preta, natural deste distrito. Faleceu de sarnas recolhidas
19/1/1893	Delfina de Azevedo Pinheiro	60 anos, preta, solteira, natural da Costa da África. Deixou um filho de nome Joaquim, de 30 anos. Faleceu de moléstia ignorada
6/2/1893	Maria	3 anos, natural deste distrito, filha ilegítima de Clara Antônia da Conceição, solteira, preta, natural deste, residente na Parnaioca. Avó materna Antonia Maria da Conceição, preta
6/3/1893	Manoel	Julião, ex-escravo, declarou o falecimento de Manoel, filho ilegítimo de Maria Benedita da Conceição. Morador da enseada das Estrelas. Faleceu de sarnas recolhidas
19/3/1893	Benedito Leite	José Francisco Ramos declarou a morte de um crioulo de nome Benedito Leite, ex-escravo do finado Hermenegildo, morador da chapada dos Micos. Faleceu de febres
20/4/1893	Davi	Davi, ex-escravo do finado capitão Francisco Gonçalves Nóbrega declarou Floriano. Morador da Enseada da Estrela
25/5/1893	Rosa	Compareceu em meu cartório Benedito, ex-escravo, informando que faleceu Rosa, 95 anos, de nação. Filiação ignorada por ser da Costa da África. Faleceu de febres e moradora da sede da paróquia

Quadro 11 (cont.): Alvorada republicana em Angra dos Reis, 1893-1899

Data	Nome	Qualificação
2/6/1893	Zeferino	Caetano, ex-escravo declarou o falecimento de Zeferino, 70 anos, natural da Costa da África, casado com Carolina de Nação, ex-escravos da finada Dona Joaquina Leal Travassos, residentes no Canto do Sul
2/8/1893	Adelina	Eufrásia Maria da Conceição, solteira, preta, natural desta Ilha e residente em Matariz, declarou a morte de sua filha ilegítima Adelina, 2 anos e meio. Faleceu de hidropisia
20/8/1893	Izaria	Manoel Gurgel declarou o falecimento de Izaria, nascida a 18 do corrente, filha ilegítima de sua agregada Margarida Vitória do Espírito Santo, solteira, natural desta freguesia e moradora de Japariz. Faleceu de mal de recém-nascido
8/9/1893	Isabel Carlos Xavier	100 anos, natural da Costa d'África, viúva de Francisco Xavier e natural deste município
10/9/1893	Olegário	Bernardino, ex-escravo, morador de Sítio Forte, comunicando o falecimento de Olegário, 17 anos. Faleceu de hidropisia
5/10/1893	Ana	Manoel Luiz de Brito, morador na Enseada da Estrela, informa o falecimento da inocente Ana, 23 meses, filha ilegítima de Eliziária Quintina do Espírito Santo, solteira, preta, natural desta freguesia, ex-escrava do finado Antonio José de Carvalho Alvim. Avós maternos Vittorino e Quitéria, naturais da Costa da África, ex-escravos dos mesmos. Faleceu de sarampo
9/10/1893	Benedito Francisco Pinto	Patrício José Pimenta, morador dos Maciéis da Freguesia de Jacuecanga, informou o falecimento de Benedito Francisco Pinto, seu irmão, morador no Bananal Grande, pardo, 50 anos, filho ilegítimo de Felicidade Maria de Jesus, solteira, preta já falecida. Falecido de tísica pulmonar
2/11/1893	Isabel Maria da Conceição	Benedito Correia declarou o falecimento de sua cunhada Isabel Maria da Conceição, viúva de João Manoel da Cruz, parda, filha ilegítima de Umbelina Maria Doroteia, natural da África, já falecida
15/11/1893	Francisca	Em decorrência de um desastre morreu Francisca, de nação Moçambique, 80 anos. Deixou 2 filhos: Antônio e Narcisa. Moradora de Palmas
16/11/1893	Teodora Maria do Nascimento	Hermógenes declarou a morte de Teodora Maria do Nascimento, 50 anos, natural da Costa da África, casada com Antônio Benguela
5/3/1894	Emídio	3 meses, filho ilegítimo de Felicidade Maria Tavares, solteira, parda, natural desta freguesia, residente em Abraão. Avós maternos Antônio José Tavares e Maria Tavares, aquele natural deste município e esta da Costa da África
12/3/1894	Lauriana	3 meses, filho ilegítimo de Felicidade Maria Tavares, solteira, cor parda, natural desta freguesia, residente em Abraão. Avós maternos Antônio José Tavares e Maria Tavares, aquele natural deste município e esta da Costa da África
16/3/1894	Benedito José da Silva	40 anos, natural desta paróquia, casado com Justiniana da Silva, moradores em Matariz. Avós paterno ou materno sem declaração por ser da Costa da África. Morreu de tísica.
16/3/1894	Maria	Preta de nação, ex-escrava de Manoel José de Azevedo Borba, 80 anos, moradora da Praia Grande das Palmas. Faleceu de febres
8/5/1894	Manoel	Preto, africano, ex-escravo do cidadão Antônio José de Sousa

Quadro 11 (cont.): Alvorada republicana em Angra dos Reis, 1893-1899

Data	Nome	Qualificação
8/6/1894	João	1 ano e 10 meses, filho legítimo de Guido José da Silva e Maria Benedita da Conceição. Guido era filho ilegítimo de Madalena, ex-escrava de Joaquim Pedro Cintra
19/1/1895	Manoel	6 anos, filho ilegítimo de Liberata Maria da Conceição. Avós maternos Tomé e Mariana, ex-escravos do tenente-coronel João José de Carvalho
19/1/1895	Maria Joaquina Lisbom	Isabel Maria Joaquina declarou o falecimento de sua mãe Maria Joaquina Lisbom, 80 anos, viúva de Joaquim Pereira Lisbom, naturais da Costa da África
19/1/1895	Benedito	João Manoel Pimenta de Souza, morador da Guachuma, declarou o falecimento em sua casa de Benedito, natural de Jacareí, filho ilegítimo de sua agregada Hermetildes Maria da Conceição, solteira, natural de Mangaratiba
19/1/1895	Joaquim	Joaquim, ex-escravo, comunicou o falecimento de Joaquim, filho ilegítimo de Florentina de Jesus solteira, residente nos Castelhanos
19/1/1895	Silvana	Registro do falecimento de Silvana, preta, natural da África, residente no Abraão
19/1/1895	Francisca	Manoel Quintino dos Anjos Sobrinho declarou o óbito de Francisca, filha ilegítima de sua ex-escrava Maria Antônia, solteira natural desta freguesia. Avó materna Antônia, ex-escrava já falecida e sepultada nesta paróquia
19/1/1895	Justino	Hermógenes Jordão da Silva Vargas declara o falecimento de Justino, morador no Canto do Leste, filho legítimo de Antônio, ex-escravo do finado Hermenegildo Jordão da Silva Vargas e de Teodora, ex-escrava do mesmo. Aquele natural da Costa da África e esta deste distrito. Avós ignorados
9/6/1895	Manoel	O cidadão Henrique Procópio de Oliveira informou o óbito de Manoel, 3 anos, filho ilegítimo de Maria Quintina dos Anjos, ex-escrava do finado Januário Quintino dos Anjos. Avó materna Januária, ex-escrava do mesmo
9/6/1895	João	Hermógenes ... comunicou o óbito de João, filho ilegítimo de Sebastiana, solteira, natural deste distrito, ex-escrava do finado Hermenegildo Avó materna Ana, ex-escrava do mesmo
9/6/1895	Rafael Ferreira da Costa	90 anos, preta, natural da África, casado com Leonor Benedita da Costa, residente no Mijadeiro
4/8/1895	Jorge	Faleceu em Matariz, 57 anos, ex-escravo, natural da África
4/8/1895	Salina Maria dos Anjos	Moradora da Parnaioca, parda, 34 anos, filha ilegítima de Januária Clara, ex-escrava do finado Januário Quintino dos Anjos
28/9/1895	Lígia	Pedro Francisco Xavier, morador em Lopes Mendes, informa o falecimento de Lígia, de nação Benguela, 85 anos, solteira, residente nos Castelhanos
28/10/1895	Luiz Alvarenga Barbosa	Compareceu Remígio, ex-escravo do major Hermenegildo, morador do sertão do Sítio Forte, informando o falecimento de Luiz Alvarenga Barbosa, parda, natural deste distrito, ex-escravo do mesmo major. Avós maternos e paternos desconhecidos por terem sido escravos
4/1/1896	Benedito Raimundo	Ex-escravo, 28 anos, solteiro, natural deste distrito, morador de Abraão, filho de Maria Benedita da Conceição, solteira, ex-escrava, já falecida. Faleceu de febres. Declarou Guido Soares Ferreira
29/2/1896	Silvéria Maria da Conceição	90 anos, solteira, natural da Costa da África, ex-escrava, residente no sertão do Sítio Forte

Quadro 11 (cont.): Alvorada republicana em Angra dos Reis, 1893-1899

Data	Nome	Qualificação
4/3/1896	Joaquim	Preta, 80 anos, natural da Costa da África, morador da enseada da Estrela. Avós ignorados
26/3/1896	Cesário	Manoel Pedreiro comunicou o falecimento do seu cunhado Cesário, 70 anos, casado, natural da Costa da África. Faleceu de febres
2/6/1896	Antônio Paulo da Cruz	36 anos, preta, natural de Jacareí, residente da Ponta do Bananal, filho ilegítimo de Alexandrina, ex-escrava natural deste distrito, já falecida. Avós ignorados. Faleceu de reumatismo
25/6/1896	Mariano	80 anos, solteiro, preto, natural da Costa da África.
15/2/1897	Domingos	Faleceu de hidropisia o preto de nação por nome Domingos, 70 anos, solteiro, filiação desconhecida
20/3/1897	Paulo	75 anos, natural da Costa da África, residente do sertão do Sítio Forte. Faleceu de febres
2/4/1897	André	Natural da Costa da África, residente no canto do Leste. Faleceu de febres
4/4/1897	Maria	100 anos, solteira, natural da costa da África. Faleceu de hidropisia
1/5/1897	Sem nome	Antônio Preto comunicou um falecimento na Praia Grande da Caxoeira, em 1.05.1897. Faleceu de febre tifoide
22/7/1897	Ignácio	Preta, 75 anos, faleceu de dor de cólica, natural e residente neste distrito
23/7/1897	João Antônio	Faleceu de hidropsia, 70 anos, filiação desconhecida, casado com Marcelina, ambos naturais da Costa da África e residentes de Passa Terra
9/8/1897	Marcelina	Faleceu de paralisia, viúva de João Antônio, 107 anos, natural da Costa da África e moradora de Passa Terra
10/9/1897	Antônio	18 meses, de cor parda, filho ilegítimo de Maria Rosa. Faleceu de ataque de bichas
13/9/1897	Maria Francisca de Jesus	Parda
13/9/1897	Balduína	Faleceu de congestão cerebral Balduína, preta, 70 anos
29/9/1897	Clemência Maria da Conceição	Faleceu de moléstia pulmonar, parda, 70 anos, viúva do falecido Feliciano José da Rosa, filha legítima de José Joaquim Gonçalves e Maria Rufina do Espírito Santo. Moradora de Palmas
30/9/1897	Maria Genelícia	Menor, preta, filha ilegítima de Leocádia Maria Francisca
22/10/1897	José Tobias de Aguiar	Preto, 25 anos, faleceu afogado. Morador nas Palmas
18/10/1897	Tomás Mariano	Pardo, filho legítimo de Francisco Mariano e Maria Benedita. Faleceu de febres. Solteiro
28/10/1897	Onofre	Preto, 2 anos e 5 meses, faleceu de pneumonia, filho ilegítimo de Doroteia Maria da Conceição, natural da Gipoia
4/11/1897	Manoel	Preto, 2 meses, faleceu de sarnas recolhidas, filho legítimo de Benevente José Jorge e Henriqueta Maria da Conceição. Morador no Canto do Sul. Avós paternos João José e Lucinda Maria da Conceição e maternos Marcos Benedito Leandro e Patrocínia Maria Tereza
6/11/1897	Manoel	Preto, 3 dias, faleceu de erisipela, filho ilegítimo de Maria da Paixão. Avós maternos Elias Joaquim Ferreira e Maria Emerenciana Ferreira. Morador da enseada da Estrela

Quadro 11 (cont.): Alvorada republicana em Angra dos Reis, 1893-1899

Data	Nome	Qualificação
20/3/1898	Maria	Preta, 2 anos, filha ilegítima de Rosária. Avós maternos Lino da Costa, natural da Costa da África e Maria, natural deste distrito. Faleceu de vermes. Moradora de Maguariquiçaba
23/4/1898	Antônia Maria Isidora	Parda, faleceu de parto aos 48 anos. Viúva de Manoel Trivas e filha legítima de Anazário Rodrigues e Maria Izidora. Moradora no sertão do Sítio Forte
18/6/1898	Isidoro Antônio Lorenço	Preto, 65 anos, solteiro, filho ilegítimo de Maria da Costa da Conceição, natural da Costa da África. Faleceu de inflamação no estômago
19/7/1898	Maria da Conceição	Preta, 80 anos. Filha ilegítima de Maria Felicia
5/1/1899	Delmiro	6 anos, preto, filho ilegítimo de Patrocínia Maria do Nascimento, natural deste distrito. Avós maternos Antonio e Luzia, naturais da Costa da África, residentes neste distrito e moradores na Longa
6/7/1899	Carlota	Preta, de nação Congo, 80 anos, faleceu de hemorragia de sangue. Residente da Longa. Foi escrava do cidadão Thomas Henrique McCormick

Fonte: Elaborado pelo autor com base em documentação do Registro Civil de Angra dos Reis (1889-1900)

A escravidão encerrou oficialmente em 13 de maio de 1888. Porém, no Registro Civil de Angra dos Reis, ao encontrar cidadãos nominados como ex-escravos, constatei que o ‘cachimbo tinha deixado a boca torta’.

A ordem escravocrata permaneceu presente em Angra dos Reis até 1899, com a condição de ex-escravo sendo inscrita nos livros de registro. Para o Registro Civil, a Alvorada Republicana tardou a raiar.

NOTAS

¹ O registro de Pirai ficava às margens do rio Pirai, após a vila de São João Marcos. Era o registro de passagem entre a capitania de São Paulo e a capitania do Rio de Janeiro, na estrada geral de Minas e São Paulo. Além desse registro, a capitania de São Paulo possuía outros, situados nas estradas que ligavam Areias e Bananal a Angra dos Reis.

² Um exemplo desse processo de transferência pode ser encontrado no inventário de Brás Arruda. Aberto em 1828, esse documento informa que sua fazenda da Barra, sediada em São João do Príncipe, já era exclusivamente cafeeira, possuindo árvores que produziam ao lado de outras que já haviam esgotado a capacidade de produção (Inventário..., 1828).

³ Na freguesia de Jacuecanga, houve bem mais cem almas, aproximadamente, de uma família com escravatura numerosa não listadas; assim como na freguesia da Ilha Grande faltou todo o sexto quarteirão, que devia ter mais de 230 pessoas livres e duzentos escravos.

⁴ Houve inventários em que apenas um escravo foi declarado na relação de bens. É o caso de Ana Rosa do Espírito Santo que em seu inventário, aberto em 1848, declarou possuir um escravo avaliado em 254\$000, sendo que o valor total de seus bens – o monte-mor – foi estipulado pelos avaliadores em 301\$440 (Inventário..., 1848).

⁵ Nossa Senhora da Conceição da Ribeira, distrito de Angra dos Reis. São moradores da Ilha Grande, mas naturais de Jacareí.

⁶ Freguesia de Angra dos Reis. Naturais de Jacuecanga e moradores da Ilha Grande.

⁷ Praia do Iguaçú, situada na Ilha Grande.

REFERÊNCIAS

- ALMANAQUE...
Almanaque Laemmert. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert. 1877.
- ALMANAQUE...
Almanaque Laemmert. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert. 1871.
- ALMANAQUE...
Almanaque Laemmert. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert. 1854.
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. Livro de visitas pastorais do ano de 1794. Bispado do Rio de Janeiro 1794; série Visitas Pastorais; notação 01; freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande. (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro). 1794.
- CORRESPONDÊNCIA...
Correspondência de Angra dos Reis e Ilha Grande. Fundo Vice-Reinado. (Arquivo Nacional). 1791-1803.
- DOCUMENTOS...
Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. 95v. São Paulo: Unesp; Secretaria de Cultura de São Paulo; Arquivo do Estado. s.d.
- EXTRATO...
Extrato de um mapa das ordens monásticas e religiosas da Capitania do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 46, parte 1, p.187. 1883.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro.
Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1992.
- FUNDO...
Rio de Janeiro. Fundo Sesmarias. Coleção Sesmarias da capitania do Rio de Janeiro. (Arquivo Nacional). s.d.
- GAZETA...
Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808-1821.
- GRAHAM, Maria.
Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823. Belo Horizonte: Itatiaia. 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de.
História geral da civilização brasileira. Livro quarto da "Constituinte Constituída" à Lei Saraiva. Liberais contra liberais. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. (v.5: Do Império à República.). 1972.
- INVENTÁRIO...
Inventário de Ana Rosa do Espírito Santo. Rio de Janeiro. Angra dos Reis; Inventários. (Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro). 1848.
- INVENTÁRIO...
Inventário de Antônio da Cunha Barbosa Guimarães. Rio de Janeiro. Comarca de Angra dos Reis; Juízo de Órfãos e Ausentes; ZN; galeria A, cx. 493, número 375. (Arquivo Nacional) 1857.
- INVENTÁRIO...
Inventário de Brás de Arruda. São Paulo. Comarca do Rio de Janeiro; Juízo de Órfãos e Ausentes. (Arquivo do Foro de Bananal). 1828.
- JARDIM, Márcio.
A Inconfidência Mineira: uma síntese factual. Rio de Janeiro: Bibliex. 1989.
- LENHARO, Alcir.
As tropas da moderação. São Paulo: Símbolo. 1979.
- LUNA, Sebastião; KLEIN, Herbert S.
Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo de 1750 a 1850. São Paulo: Edusp. 2006.
- MAPA...
Mapa comparativo de importação e exportação da capitania de São Paulo, no ano de 1801. Fundo Correspondência de São Paulo com o vice-rei do Brasil, 1769-1807. Doc. 111. (Arquivo Nacional). 1801.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de.
O tempo Saquarema: a formação do estado imperial. Rio de Janeiro: Access. 1994.
- MAXWELL, Kenneth.
A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira. Brasil e Portugal, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.
- MEMÓRIAS PÚBLICAS E ECONÔMICAS...
Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 47, v.48, p.25-51. 1884.
- MENDES, Alipio.
O Convento de Nossa Senhora do Carmo da Ilha Grande. Angra dos Reis: edição do autor. 1980.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de.
Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox. 1985.

NOTIFICAÇÃO...

Comarca de Bananal. São Paulo
Notificação entre partes. São Paulo. Comarca
de Bananal. (Arquivo do Foro de Bananal).
1825.

ÓBITOS...

Óbitos Freguezia de Sant'Anna: 5^a Distrito. Angra
dos Reis. Livro C01 – 4 jan. 1889 a 25 nov.
1892; Livro C02 – 27 nov. 1892 a 15 fev. 1897;
Livro C03 – 20 fev. 1897 a 15 set. 1900. (Registro
Civil de Angra dos Reis). 1889-1900.

SCHNOOR, Eduardo Cavalcanti.

Na penumbra: o entrelace de família e negócios
(Vale do Paraíba, 1770-1840). Tese (Doutorado)

– Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras,
Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

SUBDELEGACIA...

Subdelegacia de Polícia do Município de Angra
dos Reis. PP Col 100 OL 01-02\5. (Arquivo
Público do Estado do Rio de Janeiro). s.d.

TAUNAY, Affonso d'Escagnolle.

História do café no Brasil. Tomo II, v.8. Rio de
Janeiro: Departamento Nacional do Café.
1939.

TRINDADE, Jaelson Bitran.

Tropeiros. São Paulo: Publicações e
Comunicações. 1992.

